c) Providenciar para que, no prazo de 15 dias após a realização da assembleia geral, seja afixada no átrio da Escola circular referindo as decisões tomadas;

d) Dar posse aos membros da direcção e do conselho fiscal no prazo de oito dias após a realização da assembleia geral eleitoral;

e) Promover, orientar e providenciar os actos eleitorais para os corpos gerentes;

f) Exercer as demais competências e atribuições conferidas por regimento a aprovar em assembleia geral.

Da direcção

Artigo 11.º

1 — Os membros da direcção serão eleitos pelo período de um ano.

2 — Compete à direcção:

- a) Orientar as actividades da Associação e administrá-la;
- b) Elaborar o orçamento e plano anual de actividades da Associação;
- c) Requerer a convocação das assembleias gerais ordinárias;
- d) Requerer a convocação de assembleias gerais extraordinárias de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º;
- e) Elaborar anualmente o relatório de actividades e o relatório de contas de gerência acompanhado do respectivo parecer do conselho fiscal;
- f) Admitir e exonerar os sócios;
- g) Representar oficialmente a Associação, designando delegados, quando for caso disso;
- h) Designar os membros representantes dos pais e encarregados de educação para a assembleia de agrupamento e conselho pedagógico;
- i) Praticar tudo o que for julgado necessário à realização dos objectivos da Associação;
- j) Facultar ao conselho fiscal todos os livros e demais documentos que este possa requerer para o estrito exercício das suas funções;
- k) Promover a obtenção da sala para a realização das assembleias gerais e reuniões de direcção.

Artigo 12.º

A responsabilidade da direcção é colectiva.

Artigo 13.º

1 — Compete ao presidente da direcção:

- a) Presidir às reuniões de direcção;
- b) Assinar com o tesoureiro todos os documentos de receita e despesa e as ordens de pagamento;
- c) Rubricar os livros de secretaria e tesouraria.

2 — Compete ao vice-presidente:

- a) Substituir o presidente nas reuniões de direcção e nas assembleias gerais sempre que se verifique a sua ausência;
- b) Elaborar e escrever as actas de reuniões no livro específico;
- c) Rubricar os livros de secretaria.

3 — Compete ao tesoureiro:

- a) Zelar pelo equilíbrio financeiro da Associação;
- b) Rubricar os livros de tesouraria.

Artigo 14.º

A Associação só fica obrigada pelas assinaturas de dois membros, sendo uma delas, obrigatoriamente, a do tesoureiro e a outra a do seu presidente ou substituto, por decisão aprovada em reunião de direcção.

Artigo 15.º

A direcção reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o seu presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.

Artigo 16.º

A direcção deliberará quando estiver presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Do conselho fiscal

Artigo 17.º

Compete ao conselho fiscal:

- a) Dar parecer sobre o relatório e contas anual apresentado pela direcção;
- b) Verificar as contas e a legalidade e conformidade estatutária das despesas efectuadas sempre que o entenda conveniente.

CAPÍTULO IV

Eleições

Artigo 18.º

1 — Os órgãos de gestão da Associação, a eleger em assembleia geral convocada para o efeito, conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, constituirão listas, que serão colocadas a sufrágio.

2 — A eleição será efectuada por voto secreto.

3 — Sairá vencedora a lista que obtiver maior número de votos.

4 — Cada lista será constituída por 11 elementos efectivos e 3 suplentes, dos quais:

- a) Três constituirão a mesa da assembleia geral;
- b) Cinco constituirão a direcção;
- c) Três constituirão o conselho fiscal.

5 — Os respectivos presidentes de cada órgão serão escolhidos de entre os seus membros.

6 — A condução do acto eleitoral será da competência do presidente da assembleia geral cessante e regula-se pelo disposto seguinte:

a) Nos primeiros oito dias do início do ano lectivo será afixado no átrio da Escola edital que indique o prazo para aceitação das listas, o período de preparação das mesmas para apresentação de programa eleitoral e exercício de campanha e a data de assembleia geral eleitoral;

b) O período de campanha deverá promover condições de igualdade de oportunidades e a disponibilização dos espaços lectivos para afixação de propostas eleitorais, bem como a concessão de espaços para reuniões se tal for requisitado.

CAPÍTULO V

Das receitas

Artigo 19.º

As receitas da Associação compreendem:

- a) A quotização dos sócios;
- b) Os donativos, subvenções ou doações que eventualmente sejam atribuídos à Associação.

Artigo 20.º

1 — Os membros da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal exercerão as suas funções gratuitamente.

2 — As despesas inerentes a deslocações obrigatórias em representação oficial serão pagas pela Associação de Pais.

Artigo 21.º

Em caso de dissolução, os bens da Associação, salvo determinação em contrário da assembleia geral, reverterão para o agrupamento.

21 de Setembro de 2007. — O Secretário-Geral do Ministério da Educação, *João S. Batista*.

2611051243

ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE VILAR DE FIGOS

Anúncio (extracto) n.º 6698/2007

Certifico que, por escritura outorgada em 17 de Janeiro de 2006, exarada a fls. 9 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 9-A do Cartório Notarial de Barcelos, a cargo do notário Jorge Carlos Serro da Costa e Silva, foi constituída uma associação com a denominação de Associação de Pais de Vilar de Figos, com sede no Jardim-de-Infância de Vilar de Figos, situado no lugar da Igreja, freguesia de Vilar de Figos, concelho de Barcelos.

É uma associação que tem como objecto social a promoção e salvaguarda dos interesses, nomeadamente de desenvolvimento escolar e social harmonioso, das crianças em idade escolar e pré-escolar que frequentem estabelecimentos de ensino público na freguesia de Vilar de Figos.

17 de Janeiro de 2006. — O Notário, *Jorge Carlos Serro da Costa e Silva*.

3000197275

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A PROMOÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DO HOMEM

Anúncio (extracto) n.º 6699/2007

Certifico que, por escritura outorgada em 23 de Agosto de 2007, lavrada a fls. 35 e seguintes do livro de escrituras n.º 66-A do Cartório Notarial a cargo da Dr.ª Anabela de Aguiar Pinto, foi constituída a Associação Portuguesa para a Promoção e Dignificação do Homem, com sede na Rua do Arco do Marquês do Alegrete, Palácio Aboim, 2, freguesia de Santa Justa, concelho de Lisboa, tendo por objecto a promoção e dignificação do homem.

20 de Setembro de 2007. — A Notária, *Anabela de Aguiar Pinto*.
2611051167

ASSOCIAÇÃO — UNIDOS DE AVIDOS

Anúncio (extracto) n.º 6700/2007

Certifico que, por escritura de 26 de Julho de 2007, exarada a fls. 13 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 66-A do cartório notarial sito em Vila Nova de Famalicão de Rui Sérgio Teixeira dos Santos, notário, foi constituída uma associação, sem fins lucrativos, com a denominação em epígrafe, com sede no Largo da Igreja, 38, freguesia de Avidos, concelho de Vila Nova de Famalicão, que tem por finalidade desenvolver e apoiar actividades de índole desportiva, recreativa, social, cultural, artística, e ambiental, baseadas nos princípios orientadores da democracia, solidariedade, igualdade e cooperação, de forma a contribuir para a formação global e lazer de todos os seus associados, promovendo o seu sentido de justiça, tolerância, responsabilidade e participação cívica activa; deverá ainda a Associação promover a participação de grupos, movimentos e ou outras associações nas suas actividades.

São órgãos sociais da Associação a assembleia geral, cuja mesa é composta por um presidente e dois secretários, a direcção, composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e três vogais, e o conselho fiscal, composto por um presidente e dois vogais. A Associação fica obrigada pela assinatura de dois membros da direcção, sendo que um deles terá sempre de ser o presidente ou o vice-presidente.

Está conforme e confere com o original na parte transcrita.

26 de Julho de 2007. — O Notário, *Rui Sérgio Teixeira dos Santos*.
2611051020

ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTARIADO DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO/AVESTGL

Anúncio (extracto) n.º 6701/2007

Certifico que, por escritura lavrada hoje no Cartório Notarial de Tarouca, exarada de fl. 24 a fl. 25 do livro de notas para escrituras diversas n.º 5, foi constituída uma associação com a denominação Associação de Voluntariado da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego/AVESTGL, com sede na Avenida do Visconde Guedes Teixeira, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, na freguesia da Sé, concelho de Lamego, número de identificação de pessoa colectiva P508153417, a qual tem como objecto o seguinte: promover acções de formação relacionadas com a efectivação dos direitos e deveres dos voluntários; desenvolver um trabalho em parceria; implementar o conceito da cidadania, através da participação voluntária de jovens estudantes; estimular acções de solidariedade geracionais; promover a humanização dos serviços de saúde; facilitar a inserção dos doentes nas unidades hospitalares; apoiar os utentes e respectivos acompanhantes e familiares na admissão e permanência nos mesmos; proporcionar momentos de lazer/ocupação aos idosos que se encontram em lares e às crianças e jovens que se encontram institucionalizadas na região de Lamego; contribuir para a estabilidade

emocional e de segurança e auxiliar as crianças e jovens institucionalizadas a estudar.

29 de Maio de 2007. — A Notária, *Maria João Pinto Dias Lourenço Rebelo*.

2611051191

CENTRO DE CULTURA E DESPORTO — ESCOLA DE JUDO DE POMBAL

Anúncio (extracto) n.º 6702/2007

Certifico que, por escritura de 31 de Julho de 2007, lavrada no cartório notarial a cargo da notária Paula Cristina Rocha Teixeira de Oliveira Sobreiros, iniciada a fl. 78 do livro de notas n.º 65-G, foi outorgada uma escritura de constituição de associação com a denominação em epígrafe, com sede na Rua do Rancho Típico de Pombal, 21, 3.º, esquerdo, freguesia e concelho de Pombal, podendo por deliberação da direcção ser deslocada para qualquer outra localidade do concelho.

O CCD-EJ de Pombal tem como objecto social o fomento e a prática desportiva, nos seus variados escalões e sexos.

1 — O CCD-EJ de Pombal tem as seguintes categorias de associados:

Associados efectivos;
Associados honorários.

2 — São associados efectivos do CCD-EJ de Pombal os praticantes.

3 — São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas julgadas merecedoras dessa distinção pelos serviços prestados ao CCD-EJ de Pombal, em particular, e ao judo, em geral.

4 — Os associados efectivos são admitidos pela direcção e sujeitos a ratificação pela assembleia geral.

5 — Os associados honorários adquirem essa qualidade mediante decisão da assembleia geral, por proposta da direcção ou de outros sócios efectivos.

Os associados perdem essa qualidade:

- Por extinção do CCD-EJ de Pombal;
- Por sua iniciativa;
- Como resultado de processo disciplinar que a tal conduza;
- Quando estiverem seis meses consecutivos com falta de pagamento das quotas de sócio.

6 — São direitos dos associados:

a) Tomar parte nas reuniões da assembleia geral, exercendo todos os direitos inerentes, bem como serem eleitos para os corpos sociais do CCD-EJ de Pombal;

b) Examinar na sede social a documentação respeitante às contas, durante os 15 dias que antecedem a reunião da assembleia geral, convocada para a apresentação do relatório e contas do respectivo ano social;

c) Frequentar as instalações sociais do CCD-EJ de Pombal;

d) Participar nas actividades realizadas pelo CCD-EJ de Pombal nas condições estabelecidas pelo regulamento interno.

7 — Os associados honorários têm todos os direitos anteriores e diploma comprovativo dessa qualidade.

8 — Só os associados que tenham condições para se inscrever no INATEL e que sejam moradores no concelho de Pombal gozam dos direitos e regalias dos CCD, nos termos do artigo 5.º do Regulamento dos Centros de Cultura e Desporto.

São deveres dos associados:

a) Colaborar no desenvolvimento do judo no CCD-EJ de Pombal e na promoção dos valores éticos do desporto;

b) Efectuar, dentro dos prazos estabelecidos pelo regulamento interno, o pagamento das quotas, taxas ou quaisquer outras importâncias devidas ao CCD-EJ de Pombal;

c) Apresentar propostas para novos associados do CCD-EJ de Pombal;

d) Cumprir os presentes estatutos e o regulamento interno.

Conferido, está conforme.

31 de Julho de 2007. — A Notária, *Paula Cristina Rocha Teixeira de Oliveira Sobreiros*.

2611051023